Temporário / Rodrigo Cabral Gonçalves (Técnico Auxiliar de Controle Externo)<br

Ordenador: Cipriano Sabino de Oliveira Júnior

**ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 290043**

Órgao: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modalidade de Admissão: Temporário

Ato: ECD nº 121/2011

Data de Admissão: 30/09/2011

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Término Vínculo	Observação
Mila Carvalho Gama	Assessor Técnico de Controle Externo	30/03/2012	

Ordenador: Cipriano Sabino de Oliveira Júnior

**TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 290044**

Ato: ECD nº 120/2011

Término Vínculo: 30/09/2011

Tipo: Término de Vínculo de Servidor

Motivo: De ofício.

Órgão: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Servidor(es):

Temporário / Simone do Socorro Kzan Lourenço (Assessor Técnico de Controle Externo)<br

Ordenador: Cipriano Sabino de Oliveira Júnior

**ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 290039**

Órgao: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modalidade de Admissão: Temporário

Ato: ECD nº 117/2011

Data de Admissão: 22/03/2011

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Término Vínculo	Observação
Elaine Vieira Sabbá Rodrigues	Analista de Controle Externo	22/03/2012	Prorrogação

Ordenador: Cipriano Sabino de Oliveira Júnior

**ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 290040**

Órgao: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modalidade de Admissão: Temporário

Ato: ECD nº 115/2011

Data de Admissão: 21/03/2012

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Término Vínculo	Observação
Camilo de Lellis Oliveira Ribeiro	Analista de Controle Externo	21/03/2012	Prorrogação

Ordenador: Cipriano Sabino de Oliveira Júnior

**ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 290035**

Órgao: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modalidade de Admissão: Temporário

Ato: ECD nº 116/2011

Data de Admissão: 22/03/2011

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Término Vínculo	Observação
Elaine Vieira Sabbá Beltrão	Analista de Controle Externo	22/03/2012	Prorrogação

Ordenador: Cipriano Sabino de Oliveira Júnior

**ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 290036**

Órgao: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modalidade de Admissão: Temporário

Ato: ECD nº 119/2011

Data de Admissão: 22/03/2011

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Término Vínculo	Observação
Suzanne Teixeira Braga Tourinho	Analista de Controle Externo	22/03/2012	Prorrogação

Ordenador: Cipriano Sabino de Oliveira Júnior

**ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 290037**

Órgao: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modalidade de Admissão: Temporário

Ato: ECD nº 118/2011

Data de Admissão: 22/03/2011

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Término Vínculo	Observação
Lina Régia Moutinho Barbalho	Técnico Auxiliar de Controle Externo	22/03/2012	Prorrogação

Ordenador: Cipriano Sabino de Oliveira Júnior

**SESSÃO DE 15.09.2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 290017**

Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 15 de setembro de 2011 as seguintes decisões:

ACÓRDÃO Nº. 49.587

Processo nº. 2006/51991-8

Assunto: Admissão de Pessoal

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Exma. Sra. Conselheira Relatora, com fundamento no art. 25, inciso III da Lei Complementar nº. 12 de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Registrar os contratos de Admissão de Servidores Temporários, celebrados entre a SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO - KARLA MARIANA DA SILVA COUTINHO, KEILA NORMÉLIA SOUSA SODRE, KLAYSON PINTO GONÇALVES, LAURA SIMONE DO ROSÁRIO CARDOSO, LEANDRO CARVALHO LIMA, LEIDIANE RIBEIRO COSTA BENTES, LEOCY DOS SANTOS ARAÚJO, LINDERILSON LUIZ CALDAS DA SILVA, LUCAS DA SILVA ASSIS, LÚCIO MAURO TEIXEIRA DA CUNHA, LUIZ WANDERLEY OLIVEIRA DE SOUZA, MANOEL BARBOSA ANTUNES JÚNIOR, MANOEL SANTANA MONTEIRO JÚNIOR, MARCELLO FERNANDO GARUZZI ZANETTI, MARCELO SOUZA FRANCÉS, MARCELÉIA DIAS FRANCO, MÁRCIO DE LIMA MOTA, MÁRCIO DE SOUZA DOS SANTOS, MARCO ANTÔNIO SANTOS FONTINELE, MARCO ANTÔNIO SERRÃO PINHEIRO, MARCOS JOSÉ RIBEIRO DE FRANÇA, MARIA ALDENORA PAMPOLHA DA SILVA, MARIA DE NAZARÉ DE OLIVEIRA SANTOS, MARIA EDILENE DA SILVA SOUSA, MARIA MARCILENE PINTO MOREIRA, MARIA SHIRLEY COSTA CRUZ TEIXEIRA, MARIVAM FARIAS CATIVO, MIRIAM TEREZA DOS PASSOS BASTOS, MOISÉS PEREIRA DA SILVA e JOÃO DE DEUS OLIVEIRA;

II - Aplicar ao Sr. JOSÉ ALYRIO WANZELLER SABBÁ, CPF

Nº 137.869.622-00, a multa de R\$ 300,00 (trezentos reais), pelo não atendimento à diligência deste Tribunal, a ser recolhida nos termos do disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº 17.492/2008, no prazo de 30 (trinta) dias contados da Publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 49.588

Processo nº 2009/51700-1

Assunto: Prestação de Contas da AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, referente ao Exercício Financeiro de 2008.

Responsável: Sr. MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR, Diretor Geral à época.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso II, c/c os arts. 40 e 74 inc. II, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, o seguinte:

I - Julgar regulares com ressalva as contas no valor de R\$ 19.737.596,57 (dezenove milhões, setecentos e trinta e sete mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e sete centavos), com as recomendações sugeridas pelo Departamento de Controle Externo desta Corte.

II - Aplicar ao Sr. Miguel Fortunato Gomes dos Santos Junior, Diretor Geral à época, CPF nº 333.669.262-87, a multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais), pela infração à norma legal, a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008 no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 49.589

Processo nº 2009/51806-0

Assunto: Prestação de Contas do 9º CENTRO REGIONAL DE PROTEÇÃO SOCIAL - SANTARÉM referente ao Exercício Financeiro de 2008.

Responsável: Sr. EDSON DE ARAÚJO ALVES FERREIRA – Diretor à época.

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Senhor Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c”, c/c os arts. 41 e 74, Inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. EDSON DE ARAUJO ALVES FERREIRA, Diretor à época, CPF nº. 110.312.634-20 ao pagamento da importância de R\$-6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos), devidamente atualizada e acrescida de juros até o efetivo recolhimento;

II - Aplicar as multas de R\$500,00 (quinhentos reais), pelo dano ao erário e, R\$200,00 (duzentos reais), pela intempestividade na apresentação das contas, a serem recolhidas na forma do disposto na Lei Estadual 7086/2008, c/c com os arts. 2º, IV e 3º da Resolução Nº. 17.492/2008/ TCE.

III - Comunicar a Sra. ELIENE CALDAS DE MIRANDA, Diretora do CRPS – Santarém as recomendações contidas no relatório do Departamento de Controle Externo deste Tribunal.

As quantias supramencionadas deverão ser recolhidas no prazo no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado;

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 49.590

Processo nº. 2006/51692-0

Assunto: Tomada de contas referente ao Convênio nº 011/2005, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA e a SESP.

Responsável: Sr. CELSO ORLANDO DA SILVA LEITE – Prefeito à época.

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Exmª. Sra. Conselheira Relatora, com fundamento no art. 38, inciso III, “a”, c/c os arts. 41 e 74, incisos I e II da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas no valor de R\$-34.024,00 (trinta e quatro mil e vinte e quatro reais), sem devolução de valores, e aplicar ao Sr. CELSO ORLANDO DA SILVA LEITE, Prefeito à época, CPF nº.092.965.902-30, a multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), pela infração à norma legal e R\$-500,00 (quinhentos reais) pela instauração da tomada de contas, a serem recolhidas na forma como dispõe a Lei Estadual nº. 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução Nº. 17.492/2008/TCE, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de

cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 49.591

Processo nº. 2007/53522-8

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 047/2006 firmado entre a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PESCADORES ARTESANAIS DO POVOADO DE SÃO JOÃO DO ABADE e a SEEL.

Responsável: Sr. JOÃO BATISTA DO VALE RIBEIRO, Presidente.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso II c/c o art. 40 e 74 II da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I- Julgar regulares com ressalva as contas na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), e aplicar ao Sr. JOÃO BATISTA DO VALES RIBEIRO, Presidente, CPF nº 134.923.732-91, a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela infração à norma legal, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE, no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

II- Deixar de aplicar multa regimental pela instauração da tomada de contas, em face da aplicação do Prejulgado nº 14.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente da multa imputada em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 49.592

Processo nº. 2006/50542-5

Assunto: Recurso de Reconsideração

Recorrente: Sr. FERNANDO ANTÔNIO COLARES PALÁCIOS – Reitor à época da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. Decisão Recorrida: ACÓRDÃO Nº. 39.290 de 31/01/2006.

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Exma. Sra. Conselheira Relatora e com fundamento no art. 53, inciso I, da Lei Complementar nº. 12/1993:

I- Conhecer do Recurso, dando-lhe provimento parcial para, reduzir o valor da devolução para R\$ 2.718,72 (dois mil, setecentos e dezoito reais e setenta e dois centavos); II- Manter a multa antes aplicada no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº 17.492/2008.

Os valores supramencionados deverão se recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da Publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente do débito e da multa imputada em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 49.593

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Processo nº. 2009/50467-7 – REGINA WANZELLER GRANHEN, no cargo de Administrador, lotada na Secretaria de Estado de Cultura, Portaria AP nº 2771, de 01.09.2008; Processo nº. 2009/50490-6 – JOÃO CARLOS RAIOL NUNES, no cargo de Agente Auxiliar de Fiscalização, lotada na Secretaria de Estado da Fazenda, Portaria AP nº 1012, de 03.03.2008;

Processo nº. 2009/50565-8 – CLAUDETE MARIA DE ASSIS SOUZA, no cargo de Professor, Código GEP-M-AD4-401, Ref. VI, lotada na Secretaria de Estado de Educação, Portaria AT nº 0710, de 08.02.2011 e

Processo nº. 2009/50796-0 – MARIANA DOS SANTOS LIMA, no cargo de Agente de Estado de Saúde, D. 13.AB.AG-429, lotada na Secretaria de Estado de Saúde Pública, Portaria AP nº 2942, de 30.09.2008.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, registrar os atos de aposentadorias.

ACÓRDÃO Nº. 49.594

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Processo nº 2009/50548-7 – Aposentadoria de BENEDITA FÁTIMA DE SOUSA SILVA, na função de Professor Assistente PA-A, Ref. I, lotada na Secretaria de Estado de Educação, Portaria AP nº 2489, de 01.09.2008;

Processo nº 2009/50932-0 – Reforma do Cabo FEM PM, ROSEMARY DO SOCORRO OLIVEIRA DE ALMEIDA, pertencente ao efetivo do Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará, Portaria RE nº 3087, de 01.10.2008

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos da Exmª Sra. Conselheira Relatora, com fundamento no art. 25, inciso III da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, registrar os atos.